

Congresso do Desporto

Exponor, 12 Dezembro 2005

Intervenção Ernesto Ferreira da Silva

Políticas Financeiras do Sistema Desportivo

Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. Laurentino Dias,
Senhor Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, Prof. Luís Sardinha,
Ilustres membros da Mesa,
Senhores membros do Governo,
Senhores Autarcas,
Senhores Dirigentes Desportivos,
Estimados Atletas,
Caros Treinadores e Técnicos do Desporto,

1. Introdução (Slide 1)

Aos breves dados pessoais que V. Exas. acabaram de ouvir gostava de acrescentar duas ou três notas:

A primeira, para dizer que, por natureza, sou optimista e mais propenso a entrar nas soluções; a realizar obra, a vê-la nascer, crescer, terminar, do que a engendrar problemas, complicações.

A segunda nota, para dizer que aprecio e respeito muito a mãe Natureza, e que, se ela nos deu dois ouvidos e uma boca será certamente para ouvirmos mais do que falamos.

A terceira nota para esclarecer que o tempo que despendo com o meu arreigado optimismo; com o ouvir (mais do que com o falar), com o fazer, com o realizar; nunca me permitiu ser militante de qualquer partido político ou de pertencer a lóbis ou grupos de pressão.

Adiantei estas breves notas para que os presentes nesta sala conheçam um pouco melhor este orador.

2. O Congresso do Desporto

Posto isto, deixem-me dizer que quando recebi o amável convite da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto para participar na sessão de hoje do Congresso do Desporto tive naturalmente de fazer algum trabalho de casa. Daí o ter constatado que o Programa do XVII Governo Constitucional (Página 18 de 26), no Capítulo intitulado Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável, como aqui já referiu o Ministro da Presidência, Dr. Silva Pereira, li, entre outros, o seguinte objectivo (Slide 2):

Realizar um Congresso do Desporto, já em 2005, envolvendo todo o País e todos os agentes desportivos e promovendo um diálogo verdadeiro entre o Estado e o movimento desportivo.

Como cidadão fico muito satisfeito por ver passar à prática uma promessa eleitoral: a da realização do Congresso do Desporto ainda, por cima, no prazo previsto. Espero sinceramente que este Congresso do Desporto seja um congresso de trabalho, pois, só com muito trabalho e determinação conseguiremos encetar com sucesso as reformas que todos desejamos e o desporto Português bem precisa. Aliás, o único lugar onde o sucesso aparece antes do trabalho é no dicionário.

3. A função Social e Educativa do Desporto

O desporto, nas suas vertentes profissional e não profissional movimenta hoje milhões de pessoas em todo o mundo.

Na área do desporto, o Orçamento do Estado não tem vindo a aumentar as suas dotações e não se espera que o venha a fazer num futuro próximo pelas razões que os Portugueses conhecem.

Assim, resta ao sistema desportivo encontrar renovadas formas de financiamento, atraindo crescentemente a iniciativa privada para o desporto, seja através do mecenato, seja através de outras iniciativas mais ou menos imaginativas. Para atrair a iniciativa privada é fundamental que a actividade seja alavancada em termos de imagem, em termos de reputação, pois, as grandes empresas fogem a sete pés de se envolverem em patrocínios em sectores polémicos, em sectores envolvidos com frequência em escândalos, em suspeições.

A vertente profissional do desporto tem vindo a ter, nas últimas duas décadas, um reconhecimento e uma notoriedade que nos pode levar a pensar que se trata de um fenómeno recente, porém, lembro que, em Inglaterra, por exemplo, e no que ao futebol diz respeito, os clubes de topo Ingleses abraçaram o profissionalismo nos finais do século XIX, princípios do século XX (Slide 3).

Anos de fundação e transformação em sociedade comercial

Manchester	1878	1907
Tottenham	1882	1898
Arsenal	1891	1891
Liverpool	1892	1892
Chelsea	1905	1905

Como se verifica, só o Arsenal conta com 114 anos de profissionalism em sociedade comercial, ou seja, a sociedade inglesa correspondente à nossa SAD.

Todos sabemos dos benefícios resultantes da prática desportiva para a saúde dos cidadãos.

Sabemos também da importância do desporto nas economias nacionais, regionais e locais; na criação de empregos; na inserção social; na aproximação dos países.

Por tudo isto, a própria UE tem vindo a dedicar cada vez mais atenção não só à temática da função social e educativa do desporto, mas também à actividade económica gerada pelo desporto, particularmente pelo desporto profissional, estando crescentemente a envolver nestas matérias, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros, e noutras matérias como: o doping (que tem a ver com a saúde pública), as transmissões televisivas, a concorrência, a juventude e por aí adiante.

4. As fontes tradicionais de financiamento

No caso particular do nosso País, há muito que está demonstrada a impossibilidade de os clubes e associações de natureza desportiva gerarem ou libertarem os meios financeiros indispensáveis à sua auto-suficiência.

Por outro lado, e como disse, sabemos da insuficiência do apoio do Estado ao associativismo desportivo (Slide 4).

Fontes de financiamento (Comentar espontaneamente o slide)

(em milhões de euros)

Instituto do Desporto de Portugal (Orç 2005)	61 (27+34)
Câmara Municipal de Lisboa (Orç 2005)	29
Escuderia Fórmula 1 (intervalo orç)	60 a 600
Equipa de topo futebol nacional (Orç médio)	38

Os apoios financeiros do Estado têm sido canalizados fundamentalmente para a criação e manutenção de infraestruturas desportivas e o apoio à organização em Portugal de grandes eventos desportivos internacionais e ao apoio à participação de nacionais em competições no estrangeiro.

A meu ver, os apoios estatais sistemáticos e poucos controlados na sua aplicação, têm o condão de fazer com que o desporto fique numa crónica dependência do Estado.

Na verdade, por mais que o Estado apoie financeiramente o desporto, que não é o caso Português, os apoios são sempre insuficientes se não forem

previamente desenhados numa perspectiva sustentada e em parceria com privados.

Se assim não acontecer, se a iniciativa privada não estiver preparada para continuar a actividade no período pós-apoios, a falta de novos apoios financeiros do Estado implica um retrocesso de décadas.

Veja-se o que aconteceu com o desaparecimento dos modelos estatizados do leste europeu e os lamentos que ainda hoje ecoam devido à quebra da subsídio-dependência desportiva (Slide 5).

Xadrez luta contra falta de financiamento (Comentar espontaneamente o slide)

(Pravda 14fev04)

Antigamente, havia dezenas de clubes de xadrez na União Soviética. Hoje em dia, há cada vez menos. O estado não paga e os clubes fecham. **Antigamente**, o estado financiava os jogadores, que agora têm de ir procurar um patrocinador na Câmara Municipal ou no sector privado. **Antigamente**, o estado providenciava tudo, desde acomodação até à comida...hoje, cada um tem de olhar por si.

A crescente pressão para a obtenção de vitórias desportivas no sentido de satisfazer as massas de adeptos e justificar os elevados investimentos, tornaram o financiamento do desporto de alta competição incomportável para o associativismo tradicional.

5. O desporto como actividade económica

O desporto, sobretudo na sua vertente de alta competição, constitui actualmente uma actividade que envolve grandes investimentos financeiros e humanos, obrigando à crescente profissionalização dos agentes envolvidos e constituindo hoje uma verdadeira indústria à escala mundial.

A par da sua importância económica, o crescente interesse social do desporto, resultante do aproveitamento das suas potencialidades e da atenção dos grandes meios de comunicação social, deram ao desporto uma tremenda influência política.

Por estas razões, a UE tem vindo a encarar o desporto profissional como uma actividade económica e, enquanto tal, sujeita ao direito comunitário, designadamente no que respeita à livre circulação dos profissionais do desporto enquanto trabalhadores como quaisquer outros.

Todos nos lembramos do acórdão Bosman que veio, em 1995, a confirmar este entendimento, tendo então, o Tribunal Europeu de Justiça confirmado que o princípio da liberdade de circulação dos trabalhadores também se aplicava aos jogadores profissionais de futebol no interior da União Europeia.

O ano passado, em 2004, o Tratado, que estabelece a Constituição Europeia, (adptado pelos 25 Chefes de Estado e de Governo) consagra o desporto como uma competência comunitária de pleno direito.

Como resultado desta consagração, foi já conferida aos ministros dos Estados-Membros responsáveis pelo desporto uma existência oficial ao nível comunitário.

A evolução do desporto amador e profissional poderá, assim, ser objecto de um acompanhamento mais eficaz, sendo de prever um salto qualitativo caso haja uma útil troca de boas práticas entre os Estados-Membros.

Tal com as empresas, a liberdade de estabelecimento de um clube noutra Estado-Membro também é um elemento importante da livre circulação. Essa liberdade foi recentemente invocada por alguns clubes de futebol que desejavam instalar a sua sede social num Estado-Membro que não o de origem, embora continuando a jogar nas ligas a que pertenciam.

Por influência desta progressiva atenção da UE ao desporto profissional, a UEFA, a FIFA e a própria UE têm vindo a procurar soluções para (Slide 6):

O financiamento dos clubes nacionais

A actividade dos empresários dos futebolistas.
Um melhor governo social do futebol na Europa.
A introdução de limites salariais.
A devolução da credibilidade ao futebol.

Estes são efectivamente temas nucleares não só para o progresso do futebol, mas também para a maiorias das restantes modalidades desportivas.

6. O desporto e a TV

A televisão constitui hoje a principal fonte de financiamento do desporto profissional na Europa, mas ainda não em Portugal.

O futebol e a Fórmula 1, por exemplo, alcançaram níveis inacreditáveis de audiência (Slide 7 Fotos), o que justifica a importância que os anunciantes atribuem a estas duas modalidades.

Muitas cadeias de televisão pagam verbas consideráveis para obter o direito de transmissão, em regime de exclusividade, os grandes jogos de futebol e os grandes prémios da Fórmula 1, muito procurados internacionalmente pelo público.

O caso da Fórmula 1 é paradigmática do enorme impacto desta actividade na criação de emprego especializado e nas economias dos países onde se realizam grandes prémios (Slide 8 Engenheiros e mecânicos).

Vejam só o número de engenheiros, mecânicos, infomáticos e outros técnicos de serviço numa corrida de Fórmula 1.

Por isto, o orçamento anual mais modesto de uma escuderia da Fórmula 1, andarà na casa dos 60 milhões de euros, enquanto o das maiores escuderias poderá ultrapassar os 600 milhões de euros/ano (Slide 9).

Orçamentos (em milhões euros)

Escuderia Fórmula 1	60 a 600
Equipa de topo futebol nacional	38
Instituto do Desporto de Portugal	61 (27+34)
Câmara Municipal de Lisboa	29

Neste quadro podemos comparar, a título de mera curiosidade, o orçamento de uma modesta escuderia da Fórmula 1 com um orçamento médio de um clube Português de topo e verificar que dois pilotos fazem gerar o dobro dos proveitos do que um plantel de 25 ou 26 jogadores de futebol.

Quanto aos maiores orçamentos da Fórmula 1, já repararam no significado de um montante anual de 600 milhões de euros (120 milhões de contos) para ter dois pilotos a correr hora e meia, de 15 em 15 dias numa pista algures no mundo ?

Porém, se analisamos com atenção a lógica de funcionamento de uma escuderia da Fórmula 1, os números parecem justificar-se (Slide 10 Foto pit stop).



Reparem nesta fotografia. Já viram quantos técnicos estão de volta de um carro num pitstop ? Quantas ? Quantas ?

Pois é verdade, estão 18 técnicos a trabalhar em simultâneo numa paragem da ordem dos 8 segundos. Incrível. Quase duas equipas completas de futebol de onze !!!

O treino de coordenação que esta actuação exige é tremendo. A coragem que se pede ao técnico que fica na frente do carro com o macaco pronto a levantá-lo é enorme. A confiança, a entreaajuda e o espírito de equipa têm de ser fortíssimos.

Quais as fontes de financiamento de tudo isto ? A iniciativa privada. As empresas patrocinadoras. As cadeias de televisão.

É por isso que a directiva " [Televisão sem fronteiras](#) " prevê a possibilidade de os Estados-Membros estabelecerem uma lista de acontecimentos cuja transmissão seja de acesso não condicionado, em função do interesse geral

Compreende-se que a transmissão de acontecimentos desportivos e, em especial, a cessão de direitos televisivos exclusivos constitua uma actividade comercial sujeita às regras da oferta e da procura.

Porém, pedir-se, como acontece em Portugal com a nossa estação de televisão estatal, um cachet à Federação de Atletismo para transmitir o campeonato nacional é desapoiar o atletismo, é afastar potenciais patrocinadores da modalidade mais olímpica de Portugal.

O facto de as provas de atletismo Portuguesas não passarem na televisão é uma contribuição decisiva para um círculo vicioso do tipo: não passa na TV, não há patrocínios; não há patrocínios, não passa na TV. Neste caso, o Estado pode muito bem quebrar este círculo vicioso.

7. O desporto e as políticas da concorrência

O desporto, enquanto simples prática desportiva desempenha um papel social, cultural e de integração social ao qual a regulamentação da concorrência, em princípio, não se aplica.

Porém, ao conjunto das actividades económicas geradas pela actividade desportiva, aplica-se claramente a regulamentação da concorrência enunciada no Tratado europeu. E a concorrência desleal de alguns tem habitualmente consequências financeiras devastadores em todos os concorrentes.

A interdependência, e em particular as sobreposições existentes a estes dois níveis, revestem a aplicação das regras da concorrência de alguma complexidade.

O sector do desporto está sobretudo abrangido por leis "antitrust", suportadas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado.

A Comissão tem-se empenhado, desde há alguns anos, em discussões construtivas com organizações desportivas, com vista a pôr em prática o respeito do direito comunitário.

O facto de a UEFA (Slide 11 Site da UEFA) ter aceite, em 2002, alterar as suas regras relativas à venda dos direitos de radiodifusão e outros direitos de imagem relativos à Liga dos Campeões representa a evolução positiva mais

marcante de toda uma série de dossiês desportivos que foram objecto de investigação.

Ainda no capítulo da defesa da concorrência desportiva e financeira não posso deixar de chamar a atenção para as regras da UEFA em matéria de finanças e de prestação de contas dos clubes europeus.

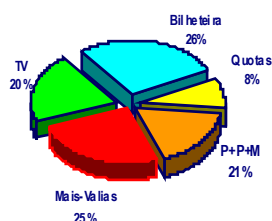
Trata-se de um extenso documento de mais de 200 páginas, o Manual Versão 2 (Slide 12 UEFA Club Licensing System), já em vigor parcialmente na presente época e que estará totalmente em uso na época 2008/2009. Quem tiver curiosidade leia este Manual que, em minha opinião é mais que isso. É um verdadeiro Tratado sobre a forma de controlar as finanças dos clubes de futebol europeus e as suas fontes de financiamento.

Os escândalos ligados à dopagem que se verificaram em 1998 no Campeonato do Mundo de Natação, na Austrália, na Volta à França em Bicicleta e num laboratório italiano colocaram na ordem do dia a questão da harmonização das legislações anti-doping em todos os países da União, designadamente a nível dos controlos e das sanções desportivas, e do reforço da cooperação entre a Justiça, a polícia e as autoridades aduaneiras em matéria de luta contra os traficantes e outros fornecedores de produtos dopantes. Tudo isto com vista à defesa da verdade das competições desportivas e, conseqüentemente, a uma sã e verdadeira concorrência desportiva.

8. As novas fontes de financiamento

No nosso País as fontes de Financiamento baseadas no OE para 2006 não apresentam alterações significativas em termos de rubricas, apresentando Instituto do Desporto de Portugal um orçamento da ordem dos 61 milhões de euros dos quais as receitas próprias são francamente superiores àquelas que virão do Estado.

No que respeita aos clubes de futebol profissional a tipificação dos proveitos também não irá sofrer alterações em termos de rubricas, constituindo as mais-valias das vendas de jogadores uma rubrica vital para o equilíbrio dos maiores orçamentos (Slide 13 .Tipificação dos proveitos de uma SAD de topo)



(Comentar espontaneamente o slide)

Em Portugal e no respeitante ao futebol, o advento das sociedades anónimas desportivas determinaram a diversificação das fontes de financiamento com o crescente empenhamento do sector privado na sponsorização, e dos dirigentes na rendabilização dos activos desportivos e do recurso ao mercado de capitais.

Para que o desporto em geral e o futebol em particular possam alavancar as suas receitas é vital que as ligas e as federações desenvolvam programas de promoção da imagem positiva das modalidades junto do público, junto da sociedade. É importante fazer chegar ao grande público as mais belas jogadas dos principais jogos, as mais bonitas passagens das principais provas desportivas.

E não é preciso inventar nada basta, olhar para os que fazem bem a promoção das coisas belas do desporto. Basta entrar no site da NBA (Slide 14 Foto NBA)

Nos EUA como em Portugal também acontecem coisas feias no desporto e nos jogos de basquetebol da própria NBA. Só que todos estão mais interessados em mostrar, em promover, as jogadas bonitas, as boas práticas do que divulgar os disparates, os erros. Por isso, os patrocinadores não faltam. Nenhuma empresa, nenhuma instituição gosta de estar ligada a uma modalidade onde frequentemente há notícias desprestigiadas, escândalos.

Em matéria de novas fontes de financiamento, a Comissão Europeia deu execução, entre 1995 e 1998, ao programa "Eurathlon" com o objectivo de apoiar actividades de organizações desportivas. Um acórdão do Tribunal de Justiça relativo à necessidade de um fundamento jurídico para cada rubrica orçamental obrigou a Comissão a suspender este programa.

Mesmo, assim é importante dizer que a nível da UE é possível integrar o desporto no âmbito de programas comunitários de financiamento cuja vocação principal seja ao nível da coesão social, da integração das minorias e das pessoas com deficiência ou da aprendizagem de noções de cidadania activa e de democracia entre os jovens. Entre esses programas contam-se o [Leonardo da Vinci](#), relativo à formação profissional, o programa [Sócrates](#), relativo à educação e o programa [Juventude](#).

A integração do desporto no tratado constitucional abre o caminho à elaboração e execução de uma futura acção comunitária especificamente ligada ao desporto.

Assim, a progressiva escassez dos meios públicos de financiamento do desporto veio trazer uma renovada importância, em diversos países, ao financiamento complementar da actividade desportiva. Para isso, é preciso um grande esforço de divulgação dos benefícios inerentes ao mecenato

complementado com apelos regulares à responsabilidade social das empresas.

9. Nota final

Desde 1995 que uma boa parte dos clubes portugueses têm vindo a desenvolver um notável esforço de adaptação aos novos tempos, encetando processos de gestão empresarial, alguns dos quais (Sporting, Porto e Braga) culminaram com a entrada na Bolsa de Valores.

A popularidade do desporto em geral e do futebol em particular leva cada vez mais os indivíduos a tomarem decisões influenciados pelos seus desejos e interesses desportivos ou desportivos, as quais produzem não só efeitos sócio-culturais (ocupação dos tempos livres, fomento dos valores tradicionais), sociológicos (aumento das identidades locais, regionais, nacionais) e até políticos (promoção da notoriedade internacional dos países e dos regimes), mas também efeitos económicos (turismo, construção civil, emprego), dando origem a uma autêntica Economia do Desporto.

Mas se existe uma Economia do Desporto então também deve haver uma Ética do Desporto para as pessoas que decidem, que formam opinião, que vivem da actividade desportiva. E aqui cabe ao Estado dinamizar este processo, preservando valores, corrigindo comportamentos, estimulando princípios, numa palavra, apoiando a mudança.

O desporto Português merecem a mobilização dos agentes na criação de um plano estratégico de médio e longo prazos que dê resposta à mudança e melhore a nossa competitividade doméstica e internacional.

A experiência mostra que a mudança exige coragem e grande abertura intelectual, pois, aos olhos de muitos, a mudança surge como uma ameaça ao seu futuro.

Só quem tiver experimentado processos de mudança sabe que não há uma só forma de reorganizar instituições sejam elas clubes, empresas ou universidades. E nem sempre os que se sentem ameaçados pela mudança estão equivocados nas suas convicções.

Na verdade, nos processos de mudança, há muito que aprendi que (Slide 15) *“ninguém está completamente errado nas suas opiniões, pois, até um relógio parado está certo duas vezes ao dia”* (Slide 16 Foto de um relógio).

Obrigado.

EFS